

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2020/PROAD

Dispõe sobre o funcionamento administrativo e acadêmico da Universidade Franciscana, no período de excepcionalidade decorrente da COVID-19.

A Pró-reitora de Administração e Finanças da Universidade Franciscana no uso de suas atribuições legais e estatutárias e considerando:

- a)** a Portaria nº. 188, de 03/02/2020, do Ministério da Saúde que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCov);
- b)** a Lei nº. 13.979, de 06/02/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;
- c)** o Decreto Estadual nº. 55.115, de 12/03/2020, que dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo COVID-19 (novo Coronavírus) no âmbito do Estado;
- d)** a Portaria Interministerial nº. 5 - MJSP/MS, de 17/03/2020, que dispõe sobre a compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública previstas na Lei nº. 13.979, de 06/02/2020;
- e)** a Portaria nº. 343 - MEC, de 17/03/2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19;
- f)** o Decreto Executivo nº. 54, de 18/03/2020, que estabelece medidas complementares de prevenção ao contágio pelo COVID-19 (novo Coronavírus) no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal;
- g)** a Portaria nº. 345 - MEC, de 19/03/2020, que altera a Portaria MEC nº. 343, de 17/03/2020;
- h)** o Decreto Estadual nº. 55.128, de 19/03/2020, que declara Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à Epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus);
- i)** o Decreto Executivo nº. 55, de 19/03/2020, que recepciona no que couber o Decreto Estadual nº. 55.128 de 19/03/2020;
- j)** a Instrução Normativa nº. 01 - UFN, de 19/03/2020, que dispõe sobre o funcionamento da Universidade Franciscana no período de emergência decretado em vista da pandemia do novo Coronavírus;

k) o Decreto Legislativo nº. 6, de 20/03/2020, que reconhece a ocorrência do Estado de Calamidade Pública, nos termos da solicitação do Presidente da República;

DECIDE:

Art. 1º - Suspender as atividades acadêmicas e administrativas presenciais e manter os prédios da Universidade fechados pelo período determinado pelos decretos do executivo municipal e estadual.

Art. 2º - Manter os serviços considerados essenciais com os ajustes necessários e preventivos que a situação exige, quais sejam (a) Gabinete da Reitora; (b) Secretarias das Pró-reitorias e suas Diretorias; (c) assessorias; (d) serviços de segurança; (e) comunicação institucional; (f) tecnologia da informação; (g) setor responsável pela folha de pagamento de pessoal; (h) setor de convênios e contratos e, (i) central de atendimento.

Art. 3º - Determinar aos funcionários técnico-administrativos realizarem jornada de trabalho remoto, salvo exceções que envolvem serviços de manutenção, segurança e portaria, até determinação em contrário.

Art. 4º - Permitir aos funcionários técnico-administrativos que, em razão da natureza das atividades que desempenham não puderem executar suas atribuições remotamente, trabalhem em regime de jornada em escala.

§ 1º - Na jornada de serviço, quando necessário, deverá ser observada a menor quantidade de pessoas e a melhor distribuição espacial possível, com o objetivo de manter o serviço essencial, observado o distanciamento das pessoas no ambiente de trabalho.

§ 2º - O acompanhamento do trabalho de funcionário técnico-administrativo em *home office* será realizado pelo superior imediato e o registro de ponto fica suspenso, enquanto perdurar o período de trabalho nesta modalidade.

Art. 5º - Determinar que o serviço de Biblioteca funcione por atendimento remoto e presencial, no caso presencial será sem acesso ao acervo e observadas as normas de distanciamento e higienização.

Art. 6º - Estabelecer aos docentes o trabalho mediado por meios digitais o qual será realizado de forma síncrona, isto é, no mesmo dia e horário da respectiva disciplina/atividade, atendendo ao Plano de Ensino.

Parágrafo único - O registro da presença docente é comprovado pelo diário de classe da respectiva disciplina.

Art. 7º - Priorizar a realização de reuniões por videoconferências evitando a forma presencial e, quando não for possível, reduzir ao máximo o número de participantes e sua duração.

§ 1º - Realizar reuniões do Conselho Universitário, Câmaras de Ensino e Colegiados, preferencialmente, por meios digitais.

§ 2º - Em caso de reuniões presenciais, estas deverão observar as regras de distanciamento e demais protocolos de prevenção à Covid-19.

Art. 8º - Suspender viagens de estudos e visitas técnicas.

Art. 9º - Suspender eventos científicos, culturais, artísticos e religiosos presenciais no Campus da Universidade Franciscana.

Art. 10 - Suspender, até determinação em contrário, viagens nacionais e internacionais a serviço da Universidade Franciscana.

§ 1º - As viagens nacionais consideradas altamente necessárias, após terem sido esgotadas as possibilidades de realização por meio remoto, poderão ser autorizadas pelo respectivo Pró-reitor.

§ 2º - Colaboradores que retornarem de viagem nacional ou internacional deverão seguir as orientações do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado do Rio Grande do Sul para o monitoramento da Covid-19.

Art. 11 - Orientar que os colaboradores com idade superior a sessenta anos; com doenças crônicas; gestante e lactantes trabalhem remotamente pelo período em que perdurar este estado de emergência.

Art. 12 - Submeter, em caso de doença, atestado médico de forma digital para o e-mail do setor de Gestão de Pessoas gdp@ufn.edu.br

Parágrafo único - O envio do atestado não isenta o colaborador de comparecer à avaliação pericial para fins de homologação do afastamento.

Art. 13 - Informar que os ambientes institucionais estão organizados conforme determinações sanitárias para assegurar o melhor atendimento à comunidade universitária.

Art. 14 - Orientar a comunidade universitária quanto à responsabilidade individual no uso de equipamentos de proteção individual e a adoção de medidas de higiene e etiqueta de convívio social, conforme protocolos institucionais e o Plano de Contingência para Prevenção, Monitoramento e Controle da Transmissão de Covid-19.

Art. 15 - Os casos omissos serão resolvidos pela Reitoria.

Art. 16 - Esta Instrução Normativa entra em vigor nesta data e poderá ser atualizada a qualquer momento em virtude do dinamismo que a situação emergencial determina.

Santa Maria, 20 de março de 2020.



INACIR PEDERIVA
Pró-reitora de Administração e Finanças